

# Políticas Culturais e Educação: um estudo de Caso em Juazeiro do Norte

*Eliete de Castro Cordeiro*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Antônio Germano Magalhães Junior*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

## Resumo

Nos últimos anos intensificaram-se os debates acerca da inserção dos temas transversais propostos pelos PCNs para serem trabalhados de forma interdisciplinar. Esta pesquisa objetivou analisar se as políticas culturais implementadas pela Secretaria de Cultura que estão sendo desenvolvidas em uma escola de ensino fundamental de Juazeiro do Norte, durante 2018. A pesquisa é qualitativa tendo como ferramenta analítica coleta e produção de dados, estudos bibliográficos: Vieira (2008); Ney (2008); Secchi (2016) e documental: Plano Municipal de Cultura, Projeto Político Pedagógico da escola, além de entrevistas semiestruturadas com os professores, Núcleo Gestor e secretária de educação de Juazeiro. Quanto às atividades desenvolvidas na escola somente dois projetos foram desenvolvidos: “São João integrador” e “Folclore das Regiões do Brasil”. Constatou-se que a cultura local é trabalhada em sala de aula de forma pontual e em datas específicas e os professores não percebem mudanças significativas na instituição com a implementação da política pública vigente, embora o processo tenha envolvido toda comunidade escolar. A interdisciplinaridade entre História, Geografia e Artes, não acontece com propriedade na prática. Quanto aos segmentos culturais do PMC: artes cênicas, música, literatura, artes visuais, artesanato, audiovisual, patrimônio cultural e cultura popular, não parece ser de conhecimento da comunidade escolar, nem tampouco dialoga com o PPP da escola. Os planejamentos dos professores acontecem semanalmente, por área de conhecimento, enquanto as formações não são continuadas, acontecem mensalmente, bimestralmente ou semestralmente. Os resultados encontrados apontam que os objetivos propostos pela transversalidade enquanto desafio epistemológico, ainda não atingiu total êxito na organização e prática do currículo da escola pesquisada.

**Palavra-chave** políticas públicas; educação; práticas culturais; proposta pedagógica.

## Abstract

In recent years, debates about the insertion of transversal themes proposed by the PCNs have been intensified to be worked in an interdisciplinary way. This research aimed to analyze whether the cultural policies implemented by the Secretariat of Culture that are

being developed in an elementary school in Juazeiro do Norte, during 2018. The research is qualitative with analytical data collection and production, bibliographic studies: Vieira (2008); Ney (2008); Secchi (2016) and documentary: Municipal Culture Plan, Pedagogical Political Project of the school, in addition to semi-structured interviews with teachers, Management Center and education secretary of Juazeiro. As for the activities developed at the school, only two projects were developed: "São João integrador" and "Folclore das Regiões do Brasil". It was found that the local culture is worked in the classroom in a timely manner and on specific dates and the teachers do not perceive significant changes in the institution with the implementation of the current public policy, although the process has involved the entire school community. The interdisciplinarity between History, Geography and Arts, does not happen with property in practice. As for the PMC's cultural segments: performing arts, music, literature, visual arts, crafts, audiovisual, cultural heritage and popular culture, it does not seem to be known to the school community, nor does it dialogue with the school's PPP. Teachers' planning takes place weekly, by area of knowledge, while training is not continued, it happens monthly, bimonthly or semi-annually. The results found show that the objectives proposed by transversality as an epistemological challenge, have not yet achieved total success in the organization and practice of the curriculum of the researched school.

**Key-word** public policy; education; cultural practices; pedagogical proposal.

## Introdução

A educação é um conceito amplo, concebe o fenômeno pelo qual, de forma individual ou coletiva, obtêm-se conhecimentos de variados tipos, rumo ao desenvolvimento de aptidões, já que tem como propósito, entre outros, instrumentalizar culturalmente os indivíduos, com vistas ao desenvolvimento integral, diante das transformações vivenciadas pela sociedade.

Partindo do exposto, é mister uma reflexão sobre políticas educacionais vivenciadas em nosso país, já que estas são parte das políticas públicas, dever do estado e direito dos cidadãos, tal como explicita o artigo 205 da nossa Constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 60).

Assim, para que os direitos sociais, entre eles a educação, seja garantida de forma efetiva e com qualidade, é imprescindível que seja implementada uma política educacional. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) exerce papel relevante, uma vez que tem como uma das premissas tentar padronizar o ensino no Brasil, posto que, em seu artigo 3º enfatiza os princípios que norteiam o ensino brasileiro:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e

apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996, p. 01).

Ao longo da história, a política educacional em nosso país esteve sempre em consonância com o modelo de sociedade que se pretendeu implantar, ou seja, os representantes ou líderes políticos buscaram propor no campo educacional, projetos ou ações de interesses particulares, não levando em conta a coletividade, tampouco dando continuidade às políticas exitosas nessa área.

Diante do exposto, depreende-se então que, no contexto das políticas educacionais em nosso país, ao longo da história, a agenda dos governos priorizou, em alguns períodos, a expansão da oferta de matrículas, ampliação da rede física, sem no entanto, atrelar a esse campo, com a mesma amplitude, a qualidade ao ensino. Apesar dos avanços alcançados a partir da década de 1990, quando a educação foi destaque com foco no mundo do trabalho e na formação para a cidadania, ainda precisamos avançar mais, com a implementação de políticas públicas efetivas e com garantias de recursos para sua aplicabilidade, no intuito de assegurar a todos o acesso à educação, um dos aspectos fundamentais, no contexto dos direitos humanos.

O sistema escolar brasileiro, embora regido pela LDB atual 9.394/96, revogou no percurso da história da educação, inúmeras leis até chegar ao estágio atual. No entanto, no tocante à educação, nunca foi dada tanta ênfase no ensino fundamental como na legislação vigente e agenda de políticas públicas, haja vista a prioridade destinada a esta modalidade de ensino, atribuindo ao poder público a tarefa de atuar no sentido de fornecer mecanismos para proporcionar ensino gratuito, obrigatório e de qualidade, como estabelece o artigo 5º:

O acesso ao ensino fundamental é de direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupos de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda o Ministério Público acionar o poder público para exigi-lo (PILETTI, 1998, p. 24).

Concomitante a isso, a inserção dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, propostos pelo MEC (1995/1996) propõe a inclusão nos currículos escolares de temas tais como: estudos econômicos, ética, pluralidade cultural, entre outros, abre um caminho para que as instituições escolares possam inserir no processo de ensino e aprendizagem as manifestações culturais presentes no município ou local onde a escola está inserida.

Além disso, o artigo 26 da LDB vigente reforça essa questão ao tempo em que estabelece nos currículos a introdução de uma parte diversificada, além da base comum, dando oportunidade para a inserção de proposta de ensino de história local. Aliado a isso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, homologada no intuito de ser referência obrigatória para as instituições educacionais

adequarem currículos e propostas pedagógicas, com base no desenvolvimento de competências e com a educação integral, ao tempo em que determina um percentual de objetivos de aprendizagens (40%) a serem definidos pela Secretária de Educação de cada estado e município de acordo com as especificidades regionais. Desta forma, abre a possibilidade das instituições municipais e estaduais adequarem seus currículos, proporcionando a divulgação do acervo cultural de cada localidade ou região, no caso específico de Juazeiro.

O interesse pela pesquisa nasceu das inquietações surgidas ainda na época de graduação ao integrar um projeto de iniciação científica envolvendo questões da elaboração do Inventário de Bens Culturais e Imóveis (IBCI) da cidade de Barbalha – CE.

Nesse sentido, a relevância desse trabalho está pautada no anseio de que a instituição escolar propicie à sua clientela, temáticas de valorização da cultura, tanto no âmbito nacional como local. Sendo assim, as relações entre escola e cultura precisam ser concebidas de forma articuladas.

Diante do exposto, a investigação objetiva identificar se as políticas culturais implementadas pela Secretaria de Cultura da cidade de Juazeiro do Norte estão sendo desenvolvidas em uma escola da rede municipal ao tempo em que investiga a relação entre cultura e práticas pedagógicas da escola pesquisada.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Juazeiro do Norte que tem uma população estimada em 300 mil habitantes (IBGE, 2020), sendo marcada pela religiosidade popular e teve como marco inicial da formação do seu patrimônio cultural, o lançamento da pedra fundamental, a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores, por volta de 1827, tendo na figura do padre Cícero ligada a história da cidade.

A investigação de abordagem qualitativa teve como base o estudo bibliográfico e documental, constituindo-se num estudo de caso único, tendo como sujeitos os professores de História, Geografia e Estudos Regionais do 6º ao 8º ano, o núcleo gestor da escola e a secretária de educação do município de Juazeiro do Norte, voltando-se para conhecer a opinião destes sujeitos.

Foi averiguado as respostas em torno da relação entre cultura e educação, no âmbito da rede municipal de Juazeiro do Norte, com as seguintes indagações: Qual a relação entre as políticas culturais implementadas pela Secretaria de Cultura de Juazeiro do Norte e o currículo da escola de ensino fundamental da rede municipal juazeirense? Essas políticas fazem parte do Projeto Político-Pedagógico da escola e do fazer pedagógico dos professores? De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais/Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997), a escola que prima por uma aprendizagem significativa precisa contribuir para que os discentes se empoderem de conteúdos sociais e culturais.

## **Resultados e discussão**

Quanto ao patrimônio de natureza imaterial, a cidade é praticamente um “caldeirão de cultura”, contando com diversos grupos de cultura popular, como: reisado, malhação de Judas, maneiro - pau, entre outros. Constatou-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da

escola pesquisada exerce papel preponderante, este documento define tanto a identidade da escola como aponta caminhos para uma educação voltada para uma aprendizagem efetiva dos estudantes.

Ao abordar o tema de políticas públicas não se pode esquecer que conceituá-las seja algo tão complexo, estas podem ser entendidas como ações, programas ou projetos implementados pelos governos das diversas esferas: estadual, federal ou municipal com a participação de sujeitos, de natureza pública ou privada, de forma direta ou indireta, no intuito de assegurar aos cidadãos os direitos, tal como explicitados na nossa Constituição (1988).

Como área do conhecimento as políticas públicas surgiram nos Estados Unidos, rompendo a tradição europeia, na qual os estudos tinham como foco principal dar visibilidade ao Estado e suas respectivas instituições em detrimento do que era produzido ou implementado pelos governantes. Nesse sentido, “a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (SOUZA, 2006, p.22). Ainda segundo o autor, o campo das políticas públicas emergiu a partir de quatro fundadores: Laswell, Simon, Lindblom e Easton, sendo que o primeiro tem seu nome associado à utilização do termo “policy analysis” no intuito de ampliar as discussões da área no campo acadêmico aproximando-o com os feitos dos governos.

Secchi (2016), relata que para uma melhor compreensão da definição de políticas públicas é necessário o entendimento de alguns questionamentos que ele denomina de nós conceituais: 1º - O Protagonismo em relação à implementação das políticas públicas (abordagem estatista e multicêntrica); 2º - Considerar a política pública omissão ou negligência de um governo em implementar ou não determinada política e o 3º - Retrata o pensamento de alguns estudiosos em interpretar as políticas públicas como algo macro estruturante, onde se leva em conta somente o nível de operacionalização da diretriz da política. O autor ainda defende que “ as políticas públicas são tanto as diretrizes estruturantes, de nível estratégico, como as diretrizes de nível intermediário e operacional e que a política pública pode ser composta de mais políticas públicas que a operacionalizam”.

As políticas educacionais no Brasil iniciam-se no período jesuítico (1500-1759), passando pelo período Pombalino (1760-1807) no qual o ensino passa das mãos dos jesuítas às da Coroa Portuguesa, no qual, a ideia da escola laica e pública emerge em detrimento do modelo anterior predominante (eclesiástico). Posteriormente, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, D. João VI, empreendeu mudanças em diversos campos: na economia, cultura e, simultâneo a isso, tem início uma nova tentativa de implementar uma política educacional efetiva. Foram fundadas novas instituições, novos cursos em diferentes áreas do conhecimento dando início ao ensino superior no Brasil. No entanto, a educação do período era praticamente utilitarista e profissional, como enuncia Ney (2008, p.36):

[...] a política joanina irá implementar uma série de instituições e modificações na educação brasileira. Entretanto, o objetivo era a preparação para a defesa militar da colônia e para a constituição de uma burocracia estatal de serviço ao reino [...] A política joanina consolida a perda da Igreja católica da gestão da educação superior para o Estado.

Constata-se então que, apesar do impulso concedido à cultura e educação no período citado acima, esta esteve sempre a serviço da corte no intuito de atendê-la. Na primeira república (1889 - 1930) com influência do iluminismo e pelo ideal positivista é instituída oficialmente a separação entre igreja e estado, a partir da proclamação da república em (1889), assegurando a laicidade do ensino, assim como a liberdade de culto, tendo em vista o desejo dos idealistas do período de instituir um Estado plural e moderno.

Vieira (2008), enfatiza que os projetos de reforma concebidos na Primeira República, foram elaborados com a finalidade de modificar aspectos pontuais relacionados à organização do ensino brasileiro, não sendo essas reformas extensivas a toda a população, tendo efeitos modestos e indiretos. Em 1930 - 1940, teve em sua marca a criação de políticas nacionalistas, nesse período foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública dando assim visibilidade ao ensino secundário e superior. Nesse cenário, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que contextualiza um marco na renovação educacional no Brasil, este definindo uma nova política educacional de ensino.

No período de 1945-1964, denominado de República Populista, as discussões giram em torno do anteprojeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 4.024/61) e dos movimentos de educação popular (década de 1960) com foco na alfabetização e no campo da cultura. Período este marcado por grandes avanços educacionais com a ampliação do sistema de ensino. O regime militar vigorou no país de 1964-1985, caracterizado em linhas gerais pelo estado arbitrário e pela ausência do estado de direito. O período de abertura política (1986 -1996), surge a ideia de reconstrução do Brasil e no campo educacional e as reformas introduzidas são revestidas de concepções liberais pelo atual governo. É nesse momento que acontece a descentralização do sistema educacional nas instâncias Federal, Estadual e Municipal.

O campo educacional avança, a partir do ano de 2003, haja vista a implementação de políticas voltadas para a ampliação de matrículas, tais como: Fundeb, Prouni e Reuni. Outra marca foi a prioridade destinada no campo da educação a jovens e adultos, aos movimentos sociais e às minorias étnicas. Diante do exposto, depreende-se então que, no contexto das políticas educacionais em nosso país, ao longo da história, a agenda dos governos priorizou, em alguns períodos, a expansão da oferta de matrículas, ampliação da rede física, sem, no entanto, atrelar a esse campo, com a mesma amplitude, a qualidade ao ensino.

Saindo de um contexto macro e chegando ao ponto central dessa pesquisa, temos uma das cidades consideradas mais prósperas do interior do Ceará, Juazeiro do Norte, com uma população estimada em 300.000 habitantes (IBGE, 2020), que encontra-se envolta de um imenso caldeirão cultural, além de uma economia voltada para o setor comercial e industrial que segundo Bezerra e Xavier, (2011, p. 57), a cidade possui um amplo comércio e um parque industrial onde se destaca o Polo Calçadista e também diversas indústrias de folheados cuja produção é distribuída no Brasil e exterior, com forte peso na balança de exportações do Estado do Ceará.

Nesse contexto, entende-se por política pública tudo aquilo que as instituições governamentais fazem ou deixam de fazer, faz-se necessário então, conhecer algumas políticas pertencentes ao grupo das que se voltam à educação e cultura. Dessa forma, a educação é um conceito amplo concebido como fenômeno pelo qual, de forma individual ou coletiva, obtêm-se conhecimentos de variados tipos, rumo ao desenvolvimento de aptidões, e tem como propósito, entre outros, instrumentalizar culturalmente os indivíduos, com

vistas ao desenvolvimento integral, diante das transformações vivenciadas pela sociedade. Segundo a Constituição em seu artigo 205;

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 60).

Assim para que os direitos sociais, entre eles a educação, seja garantida de forma efetiva e com qualidade, é imprescindível que seja implementada uma política educacional. Nesse sentido, a LDB (1996), exerce papel relevante, uma vez que tem como uma das premissas tentar padronizar o ensino no Brasil. Vale ressaltar que ao longo da história, a política educacional em nosso país esteve sempre em consonância com o modelo de sociedade que se pretendeu implantar, ou seja, os representantes ou líderes políticos buscaram propor no campo educacional, projetos ou ações de interesses particulares, não levando em conta a coletividade, tampouco dando continuidade a políticas exitosas nessa área.

Visitada anualmente por romeiros de diversas localidades do Brasil e do exterior e marcada pelo cosmopolitanismo típico local, a cultura da localidade ainda necessita de uma atenção maior por parte dos setores públicos responsáveis no sentido de implementar ações ou políticas públicas de preservação da memória e da história local. Nesse sentido, o desenvolvimento do lugarejo e conseqüentemente as manifestações culturais começaram a aflorar e a figura do padre Cícero, começou a impulsionar o desenvolvimento da localidade.

Atualmente Juazeiro encontra-se num processo de modernização o qual necessita de um acompanhamento mais direcionado no intuito de preservar a história e a memória local, necessitando assim de políticas públicas culturais consistentes nesse sentido, sobretudo, focadas na seara da educação. Ao falar em educação, sabemos que a rede municipal de ensino de Juazeiro do Norte conta atualmente com 90 escolas, das quais 33 são de Ensino Infantil e 57 de Ensino Fundamental, distribuídas na zona urbana e rural. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 2017, do município de Juazeiro do Norte, nos anos iniciais do ensino fundamental, teve nota 5,0, tendo assim atingido a meta prevista. Porém não conseguiu chegar ao valor de referência no IDEB, que é 6,0. Em contrapartida, os anos finais dessa modalidade de ensino não alcançaram a meta prevista, que era de 4,6, ficando com o IDEB de 4,3. Assim, comparando o histórico dessa avaliação, em 2015 anos iniciais e finais, o município atingiu a meta prevista que era respectivamente 4,7 e 4,3. Todavia, o mesmo não aconteceu em 2013, ficando o município juazeirense com o IDEB de 4,2 (anos iniciais) e 3,6 (anos finais), cuja projeção era sequencialmente: 4,4 e 3,6.

Diante desse contexto, analisando os dados referentes à escola pesquisada, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da mesma, no histórico do IDEB de 2013 a 2017 é possível observar que a instituição conseguiu alcançar a meta projetada em 2013 e 2015, em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, tendo uma queda no ano de 2017, saindo de 4,7 para 4,5. No tocante aos anos finais do ensino fundamental, a escola não pontua, por não ter o 9º ano.

Quanto ao nível de proficiência alcançado pela escola pesquisada, na avaliação externa “Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará” (SPAECE), de acordo com a série histórica dos três últimos anos, constata-se que no 2º ano do ensino fundamental,

analisando 2015-2016, houve decréscimo de 6,5; já de 2016-2017, a escola deu um salto significativo, saindo de 138,5 para 148,2, permanecendo no nível “suficiente”, segundo os padrões de desempenho (Quadro 7). Em relação ao 5º ano, analisando a série histórica 2015 a 2017, em Língua Portuguesa, depreende-se que os alunos, embora apresentem oscilação, caindo de 187,7 (2016) para 180,1 em 2017, permaneceu no nível de desempenho “intermediário”. Já em Matemática, a escola vem decaindo quanto à proficiência, não conseguindo assim, superar o nível considerado “crítico”.

Importante ressaltar que a escola em questão não apresenta os resultados quanto à avaliação externa dos anos finais, já que não possui matrículas de 9º ano, funcionando em 2017 com salas até o 8º ano. As análises de proficiências em relação ao ensino fundamental são feitas a partir de provas aplicadas aos alunos regularmente matriculados nas seguintes séries: 2º, 5º e 9º. Localizada em um dos bairros mais populosos do município, o Bairro Frei Damião, a escola, objeto da nossa investigação, conta com aproximadamente 1.642 alunos, 48 turmas regulares mais 06 de EJA, ambas funcionam em 16 salas da instituição escolar nos três turnos manhã, tarde e noite.

O Núcleo Gestor é composto por 03 coordenadores escolares, 1 diretor administrativo e 1 secretário. Atua com o fundamental I (1º ao 5º ano), +aceleração II, EJA e fundamental II (1º ao 8º ano). Conta com 28 funcionários e 77 professores. Dentro desse quadro de professores 03 atuam com a disciplina História, 02 com Estudos Regionais e 03 com Geografia. A escola conta ainda com 04 assistentes de alfabetização e dois cuidadores (AEE). Esse seis últimos citados fazem parte do Programa Mais Alfabetização. A escola faz parte de um grupo de 33 escolas da rede municipal que estão inseridas no projeto “Escola Integradora”, objetivando como o próprio nome diz, integrar todas os segmentos que compõem a instituição escolar. O referido projeto foi idealizado pela atual Secretária de Educação, em parceria de idealização com a prefeitura Municipal de Juazeiro e encontra-se ancorado em três pilares: Fortalecimento da Gestão; Aprendizagem 10 (ensina-se com disciplina e aprende-se com disciplina) e Escola-família. Segundo a Secretária (2019), as escolas são selecionadas para o programa a partir de critérios pré-estabelecidos:

Esse projeto... Ele passou a ter critérios para que as escolas fossem inseridas. Os dois critérios principais: que a escola fosse localizada em área de risco e que a sua clientela tivesse vulnera...(pausa) fosse vulnerável. Por que dessa maneira? Porque temos escolas que não estão em área de risco, todavia recebe clientela de vários bairros e são clientelas que se encontram em vulnerabilidade, não pela educação, mas pela localização residencial.

A secretária acrescentou ainda que a princípio, a ação era apenas um projeto, posteriormente transformado em programa direcionado ao campo educacional. O estudo iniciou-se com um quantitativo de dez escolas, servindo como “laboratório”, sendo estendido gradativamente para outras. De acordo com a secretária entrevistada, a projeção é que até o final de 2018, 50% das escolas da rede sejam incluídas nesse programa, (iniciado em 2017), cujo lançamento oficial, ocorreu no dia 28 de agosto do ano em curso com a “chancela” da Fundação Lemann, de São Paulo e a Universidade Federal do Cariri - UFCA.

Para esse processo de investigação na escola, foi agendada entrevistas com núcleo gestor e professores. Quanto à utilização das falas no decorrer do texto, utilizaremos siglas para identificação dos sujeitos da pesquisa: P-1, P-2 [...], quando referirmos a professores e,

no que diz respeito aos membros do núcleo Gestor entrevistados, atribuiremos as siglas: NG1, NG2 e NG3 tendo em vista que, em pesquisas científicas, deve ser adotado o procedimento ético onde a identidade dos colaboradores não deve ser revelada, tal como destaca Yin (2015), quando descreve alguns cuidados que o pesquisador deve ter quanto à proteção dos sujeitos no tocante ao estudo de caso único.

De acordo com os relatos a escola em questão participou ativamente de dois projetos: o “São João Integrador” e o “Folclore das regiões do Brasil”. Segundo a informante “[...] A festa cultural sobre o São João, que é as festas juninas do mês de junho, né? E agora nós estamos desenvolvendo o projeto do folclore, né? [...]” (NG2). Ao referenciar os projetos da escola, na fala da respondente, é perceptível a preocupação com o resgate da memória para que ela não fique no esquecimento. Chauí (1992, p.43), esclarece que a memória tem a função de libertar o homem de modo que ele veja o seu passado não como algo frustrante e sim como lição para a vida, pois encarar o passado como um “fantasma”, seria submeter-se a uma forma de dominação. Ainda segundo o gestor da escola a cada mês é trabalhado um projeto específico na escola, “Este...Cada mês a gente trabalha um projeto. Só que a escola em todo... Em si. Tanto o fundamental I como o fundamental II com suas adaptações. Este mês estamos trabalhando o projeto do folclore” (NG3).

Pode-se afirmar que foi desenvolvido o projeto do São João e um outro está em desenvolvimento: o do folclore. E quanto ao fato da escola ter entrado para o rol das escolas integradoras, tal como explicitado no Projeto Político Pedagógico da escola, onde consta tal programa ser embasa em três pilares “Gestão [...] Família e escola [...] Escola nota 10” (PPP, 2018) e diante da fala da colaboradora NG2 “É... Essa integração foi primeiro feito dentro da escola, porque pra integrarmos alguém, né? A gente tem que se integramos primeiro, né?” (NG2), boa parte dos entrevistados relataram não terem tanto conhecimento a respeito do que significa ser “escola integradora”, nem tampouco demonstram com propriedade como ocorreu o processo de implantação desse programa.

Quanto a relação cultura/escola projetos ações ou atividades voltadas para a cultura de Juazeiro do Norte, há uma variação de respostas nas falas dos entrevistados. Segundo os membros do Núcleo Gestor da escola, enfatizaram que a escola tem participado através de eventos culturais do município, lapinha, reisado, festa de São João entre outros. Além de enfatizar que a cultura popular está presente no espaço intra e extraescolar, pois, segundo ela, existem alunos que fazem parte de grupos de cultura popular do bairro no entorno da escola e muitos pais ou familiares desses alunos são integrantes desses grupos. Nesse sentido, a escola, sendo cenário ou espaço de multiculturalidade, faz-se relevante que essa cultura esteja presente no currículo e na prática pedagógica dos professores.

## **Conclusões**

A investigação possibilitou uma análise de como as políticas culturais implementadas pela Secretaria de Cultura de Juazeiro do Norte estão sendo desenvolvidas em uma escola da rede municipal juazeirense.

Em relação às atividades, ações ou projetos desenvolvidos na escola investigada no campo da cultura juazeirense, de acordo com os membros do Núcleo Gestor e dos professores respondentes, em 2018 somente dois projetos foram desenvolvidos: o “São João Integrador” e o “Folclore das Regiões do Brasil”.

Constatou-se que a cultura local é trabalhada em sala de aula, no entanto, de forma pontual e em datas específicas.

Embora a escola tenha entrado no rol das escolas integradoras, os professores (8) responderam que não sabem com exatidão os critérios pontuados pela secretaria de educação do município para que a escola investigada se enquadrasse neste grupo. Pode-se identificar, também, que estes educadores não percebem mudanças significativas na instituição com a implementação dessa política pública vigente, muito embora na fala da Secretária de Educação do município, esse processo de implementação tenha ocorrido envolvendo a participação de toda a comunidade escolar.

A interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, sobretudo História, Geografia e Artes, mesmo que seja ressaltada no Projeto Político-Pedagógico da escola, não acontece com propriedade na prática. Os professores, em sua grande maioria (6) atribuem ao professor de Estudos Regionais a tarefa de ministrar conteúdos programáticos ligados ao campo da cultura local, contrariando o que preleciona a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), quando destaca a necessidade da interdisciplinaridade e contextualização no trato com o currículo escolar, evitando a fragmentação dos conteúdos ensinados.

Quanto ao desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura, no qual estar explicitado os segmentos culturais: artes cênicas, música, literatura, artes visuais, artesanato, audiovisual, patrimônio cultural e cultura popular, não parece ser de conhecimento dos membros da comunidade escolar, nem tampouco dialoga com o PPP da escola, já que o referido documento (PPP), não deixa claro no texto essa relação de proximidade, de interação. Vale destacar que embora no documento que direciona o trabalho da instituição, traga em sua proposta curricular, temáticas que versem sobre cultura, não deixa visível o direcionamento para as manifestações culturais de Juazeiro.

O PPP, não teve no ato de sua elaboração a participação dos diversos segmentos que fazem parte da escola, em especial os professores, que afirmaram em sua maioria (7), não terem acesso ou conhecimento sobre referido documento. A cultura é descrita de forma abrangente, geral, não há um direcionamento para as manifestações culturais juazeirenses, como a capoeira, o reisado, o artesanato, a xilogravura, as romarias, entre outras. Ressalta-se ainda que, embora os professores de Estudos Regionais tenham afirmado ministrarem conteúdos com foco na cultura local, isso é feito esporadicamente, em datas festivas.

Quanto aos planejamentos ou coletivo de professores foi averiguado que acontecem semanalmente, por área de conhecimento; já as formações ofertadas pelo município aos professores, não são continuadas, pois acontecem mensalmente, bimestralmente e semestralmente.

Constatou-se que é preciso potencializar as políticas culturais e educacionais implementadas em Juazeiro do Norte para que produza efeitos significativos no campo da valorização da cultural local, haja vista a variedade de manifestações culturais que existem no município e o papel social da escola no sentido de difundir, valorizar e preservar o acervo cultural da comunidade. Sendo necessário que a relação entre cultura e educação seja dialógica e que os órgãos governamentais invistam nessa interface, implementando ações contínuas de valorização da cultura local, reconhecendo a multiculturalidade presente na sociedade. Nesse sentido, a escola, sendo agente socializadora precisa incorporar essa diversidade de culturas no intuito de ofertar uma aprendizagem significativa e inclusiva,

assegurando a afirmação da identidade e sentimento de pertença dos alunos à região onde habitam, tal como preleciona os dispositivos legais.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1 a 6/1994. 47. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.156p.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº: 9394/96**. Disponível em: <[w.mec.gov.br](http://w.mec.gov.br)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Política cultural, cultura política e patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, PPH, 1992.

NEY, Antônio. **Política Educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wark, 2008.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**: atualizado de acordo com a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional n. 9 394, de 20-12-96. Ática, 1998.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma**: legislação educacional no Brasil - Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.